

Com a devida vénia transcrevemos artigo publicado na edição de hoje do Jornal de Negócios on line

Empresas

Banqueiros portugueses contra intervenção do Estado na política salarial do sector

Fernando Ulrich, presidente do BPI, Horácio Roque do Banif ou José Maria Ricciardi, administrador do BES são alguns dos banqueiros ouvidos pelo "i" que estão contra a eventualidade de o Estado, por via dos reguladores do sector, impor regras para limitar os prémios e os bónus de desempenho pagos na banca.

*Eva Gaspar
egaspar@negocios.pt*



Fernando Ulrich, presidente do BPI, Horácio Roque do Banif ou José Maria Ricciardi, administrador do BES, são alguns dos banqueiros ouvidos pelo "i" que estão contra a eventualidade de o Estado, por via dos reguladores do sector, impor regras mais apertadas para limitar os prémios e os bónus de desempenho pagos na banca.

Todos eles convergem na opinião de que os prémios são uma matéria lateral no debate sobre a necessidade de garantir uma gestão mais prudente e sustentável do negócio da intermediação financeira. E todos eles consideram igualmente que se trata de um assunto que diz respeito, antes de mais, aos accionistas – não ao Estado.

"É um debate que nos passa ao lado. No BPI não há nada a mudar. Já cumprimos um tecto e os bónus caíram quando os lucros caíram", diz Ulrich.

Também Horácio Roque, presidente do Banif, diz ao "i" que esta é uma "falsa questão". "Quem deve decidir os prémios aos gestores são os accionistas". "As empresas não são repartições públicas", insurge-se.

Já Ricciardi, ao mesmo jornal, lembra que "muitas vezes esse bónus milionários são necessários, sob pena de deixar fugir os melhores". Para o administrador do BES, uma linha muito clara deve ser traçada entre os bancos que se aguentaram sozinhos na tormenta da crise e os que tiveram de ser socorridos pelo dinheiro dos contribuintes. "Nas instituições que não receberam ajudas, o Estado não tem de interferir".

O jornal noticia que o Conselho nacional de Supervisores Financeiros, órgão que reúne a CMVM, o Banco de Portugal e o Instituto de Seguros de Portugal, está a "passar a pente fino" as políticas remuneratórias do sector financeiro, preparando-se para fazer propostas ao Governo para aplicar no País as orientações fixadas ao nível internacional.

No último encontro do G20, os líderes das maiores economias do mundo aprovaram uma série de propostas para disciplinar os salários na banca e impedir que a promessa de bónus calculados em retornos de curto prazo leve os bancos a uma exposição excessiva ao risco.

O G20 defende, nomeadamente, o pagamento dos bónus faseado ao longo de vários anos e o retorno desses montantes caso as aplicações se revelem um mau negócio. Mas, ao contrário do que queriam países como a França e a Alemanha, o novo órgão de concertação mundial de políticas económicas não fixou limites quantitativos para os prémios, e optou igualmente por um calendário dilatado para a introdução das mudanças.

2009.10.27